

COMUNICADO À IMPRENSA

Fui surpreendida, ao ler hoje, na comunicação social a declaração do nosso ministro dos Negócios Estrangeiros de que as autoridades portuguesas se preparavam para declarar "*persona non grata*" os dois jovens filhos do Embaixador do Iraque, caso não haja uma resposta até ao final da semana ou a resposta ao pedido de levantamento de imunidade diplomática seja negativa.

Antes de mais e em primeiro lugar, é importante não esquecer que, se é verdade que os dois jovens iraquianos são os autores assumidos da bárbara agressão do meu filho, também é verdade que ambos já declararam publicamente que pretendem responder perante a justiça portuguesa pelos actos que praticaram.

Nem eu, nem o meu filho, assinámos a Convenção de Viena ou sabemos sequer o que lá vem escrito.

Agora o que eu gostaria de saber é se o Governo português se está a preparar para dar o caso como encerrado com a expulsão dos dois jovens do território português.

É que se este crime ficar impune, não é por culpa dos dois jovens iraquianos, que, como toda a gente sabe, já assumiram publicamente que pretendem responder perante a justiça portuguesa, mas porque o Estado do Iraque avalizou o crime cometido, após os seus dois interlocutores, que se deslocaram a Portugal expressamente para esse efeito, se terem inteirado de todos os seus contornos.

Esta declaração do ministro dos Negócios Estrangeiros português assusta-me porque **dá a sensação de que tem conhecimento de que o Governo do Iraque não vai levantar a imunidade diplomática e que apenas pretende agora, em estreita colaboração com o governo iraquiano, ganhar tempo e preparar a opinião pública para uma saída airosa que não belisque as relações diplomáticas entre os dois países, anunciando a solução que interessa aos iraquianos (a expulsão dos dois jovens iraquianos) como se fosse a única medida que o Governo português pudesse tomar.**

A deslocação a Portugal dos dois interlocutores do Governo iraquiano só podia ter duas justificações, **caso de os dois governos estivessem a agir de boa fé**: (I) dar a conhecer aos interlocutores iraquianos os contornos do crime para poderem avaliar se se estaria perante um daqueles casos em que se justificava o levantamento da imunidade diplomática ou, em alternativa, (II) procurar, junto da família da vítima, encontrar uma solução que, pelo menos, ressarcisse o menor dos prejuízos causados e do sofrimento vivido.

Uma vez que até hoje nem os dois interlocutores iraquianos nem o Governo português procuraram intermediar qualquer solução junto da minha família, seria lógico acreditar que o Estado do Iraque se preparasse para anunciar o levantamento da imunidade diplomática, uma vez que é evidente para toda a gente que esta é uma daquelas situações que não faz sentido estar abrangida pela Convenção de Viena.

Mas atendendo à declaração do nosso Ministro dos Negócios Estrangeiros receio que haja uma terceira justificação para esta vinda a Portugal dos dois interlocutores iraquianos que eu me recuso a acreditar que seja verdadeira: **ganhar tempo para que a solução que mais convém aos dois governos se vá cimentando na opinião pública como inevitável.**

Mas, se isto sucedesse, seria a prova da má fé com que os dois governos actuariam, representando uma nova agressão ao meu filho, à justiça portuguesa e a todos os cidadãos portugueses.

Ponte de Sor, 15 de Outubro de 2016

Vilma Boto Pires